



História Unicap
ISSN 2359-2370

A Região Metropolitana de Florianópolis embaixo d'água: o desastre de dezembro de 1995 nas páginas do jornal O Estado

*The Metropolitan Region of Florianopolis underwater: the
disaster of 1995 in the pages of the newspaper O Estado*

Luís Guilherme Fagundes*

luisguilhermefagundes@gmail.com

Resumo:

Apesar de Santa Catarina ser reconhecida na mídia nacional como um estado onde ocorrem grandes desastres socioambientais, geralmente aqueles provocados por inundações são relacionados apenas à mesorregião do Vale do Itajaí, desconsiderando o significativo histórico de desastres que possuem as demais regiões. Entendemos os desastres como acontecimentos complexos, que reúnem em si dimensões naturais, sociais e culturais. Dessa forma, neste artigo, buscamos compreender a interação entre humanos e ambiente na Região Metropolitana de Florianópolis, através da análise das matérias publicadas no periódico "O Estado" sobre o desastre de dezembro de 1995. Neste sentido, identificamos de que forma este evento foi retratado, afim de perceber, sobretudo, quais fatores e/ou sujeitos foram apontados como causadores do desastre. Analisar tal aspecto a respeito da visão da sociedade sobre o desastre de 1995, por meio de matérias jornalísticas, contribui para entendermos em que medida a imprensa local colaborou para o reforço da dicotomia humanos/natureza nos anos 1990.

Palavras-chave:

desastres socioambientais; inundações; Região Metropolitana de Florianópolis.

Abstract:

Although Santa Catarina is recognized in the national media as a state where major socio-environmental disasters occur, usually those caused by floods are related only to the mesoregion of the Vale do Itajaí, disregarding the significant history of disasters that the other regions have. We understand disasters as complex events, that bring together natural, social and cultural dimensions. Thus, in this article, we seek to understand the interaction between humans and the environment in the Metropolitan Region of Florianópolis, through the analysis of the articles published in the periodical "O Estado" about the disaster of December 1995. In this sense, we identified how this event was portrayed, in order to understand, above all, which factors and/or subjects were identified as causing the disaster. Analyzing this aspect regarding society's view of the 1995 disaster, through journalistic articles, contributes to understanding the extent to which the local press contributed to increase the dichotomy humans/nature in the 1990s.

Keywords:

socio-environmental disasters; floods; Metropolitan Region of Florianópolis.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel e licenciado em História pela mesma instituição. Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA).

Introdução

O relatório elaborado em 2016 pelo Centro Universitário de Estudo e Pesquisa sobre Desastres (CEPED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio do Banco Mundial, revelou que de 1995 à 2014, em todo o Brasil, o prejuízo com desastres ultrapassou a marca de 182 bilhões de reais (UFSC, 2016, p. 228). Apenas em Santa Catarina, este número chegou a 17,6 bilhões de reais, resultando em uma perda média de 881 milhões de reais ao ano (UFSC, 2016, p. 71). Além disso, até 2012, da lista dos setenta municípios mais afetados por desastres no país, trinta e quatro eram catarinenses, incluindo os sete primeiros colocados (UFSC, 2016, p. 89).

Em relação ao litoral central de Santa Catarina, onde atualmente se localiza a Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), constituída pelos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara, podemos afirmar que o registro de inundações¹ que provocaram prejuízos significativos remonta pelo menos ao início do século XIX.

Figura: Municípios constituintes da RMF

Municipalities constituents the RMF



Fonte: GOVERNO DE SANTA CATARINA. Comitê da região metropolitana da Grande Florianópolis abre seleção para representantes da sociedade civil organizada. *Casa Civil*, Florianópolis, set. 2019. Notícias. Disponível em: http://www.scc.sc.gov.br/images/noticias/2019/SETEMBRO/Mapa_de_Localizacao_SUDERF_spg.jpg. Acesso em: 07 jul. 2020.

¹ Neste artigo foi empregada a noção de inundação conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Segundo esta codificação as inundações são caracterizadas pela “submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

Em sua obra *Chorografia de Santa Catarina*, José Vieira da Rosa comenta que as “terríveis lestadadas” eram temporais perigosos e muito temidos pelos navegantes e habitantes desta porção do litoral catarinense. Segundo o autor, a intensidade dos temporais provocava “desmoronamentos, cheias de rios e prejuízos de toda sorte. Felizmente não são muito communs taes flagelos” (ROSA, 1905, p. 39). Como fica evidente, para José Vieira da Rosa os desdobramentos danosos provocados pelas “lestadadas” não eram muito comuns no século XIX, ao ponto de apenas os episódios ocorridos nos anos 1811, 1830, 1838 e 1897 terem merecido destaque em sua obra.

Identificar a ocorrência de inundações a mais de cento e cinquenta anos antes de nosso objeto de estudo, não deve ser visto como uma tentativa de encontrar o evento primevo, aquele que seria fundador de uma herança de catástrofes no território que viria a se tornar a RMF. A intensão é tão somente perceber que a ocorrência desses eventos é pretérita ao fenômeno de expansão desses núcleos urbanos na metade do século XX, evidenciando uma relação de longa data entre seus habitantes e as inundações.

Mesmo sendo um campo de estudos consolidado em boa parte no mundo, o que ainda carece aos estudos sobre desastres, na visão de Gerrit Jasper Shenck, é um profundo estudo a respeito da hermenêutica da palavra desastres, e outras utilizadas de forma sinônima, como catástrofe e calamidade. Em seu artigo intitulado “*Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies*” (2007), o autor aborda este assunto, ainda que admita que tenha conseguido fazê-lo apenas de maneira superficial. Segundo Shenck, atualmente os alemães entendem o termo *Katastrophe* como uma grande calamidade, um evento que ocorre abruptamente, com severas consequências, como perdas de vidas humanas e não-humanas, danos materiais e prejuízos em grande escala. Esta palavra, portanto, abrange eventos relacionados a perigos naturais geofísicos, meteorológicos ou biológicos, como terremotos, erupções vulcânicas, inundações, tempestades, incêndios, epidemias e fomes. Mas também inclui eventos resultantes de ameaças técnicas e sociopolíticas, como acidentes com usinas de energia, guerras e atos de terror. Nos países de língua inglesa, todos esses acontecimentos são chamados de *disasters*, que no alemão seria equivalente a *Desaster* ou *Unstern* (sob a estrela errada), e nas línguas românicas: *désastre*, francês; *disastro*, italiano e *desastre* em espanhol e português.

Diante da dificuldade de se alcançar uma precisão absoluta, quando lidamos com categorias tão abrangentes, como neste caso, podemos tomar de empréstimo o conceito de *family resemblances* (semelhanças de família), cunhado pelo filósofo Ludwig Wittgenstein (WITTGENSTEIN, 1973). Deste modo, o conceito de desastre pode ser comparado a uma grossa corda, formada por inúmeros fios que se entrelaçam, porém nenhum deles com comprimento suficiente para percorrer a corda de ponta a ponta. Nas palavras de Oliver-Smith, desastre é um conceito com “bordas borradas”, mas capaz de funcionar como um conjunto de semelhanças em família, abrangendo uma ampla variedade de eventos e processos físico e sociais, ao invés de um conjunto limitado de fenômenos estritamente definidos. Esta inexatidão, porém, não torna de forma alguma o conceito inutilizável (OLIVER-SMITH, 1999, p. 21).

Em vista dessa natureza abrangente do conceito, múltiplas definições de desastres surgem de acordo com os objetivos específicos e os propósitos dos vários atores envolvidos com os desastres. O historiador Ted Steinberg nos alerta para o fato de que segundo a visão dominante a calamidade é tomada por tecnocratas, meios de comunicação e

mesmo cientistas como acidentes, acontecimentos inesperados e imprevisíveis, geralmente representadas pela expressão desastres naturais.

Essa visão restrita de responsabilidade, essa crença de que tais desastres resultam unicamente de forças naturais aleatórias, equivale a dizer que elas se encontram inteiramente fora da história humana, além da nossa influência, além da razão moral, além do controle. Na verdade, no entanto, as calamidades naturais frequentemente não acontecem apenas; elas são produzidas através de uma cadeia de escolhas humanas e ocorrências naturais e, nesse sentido, formam um tema legítimo para o estudo social e histórico (STEINBERG, 2000, p. V)

Essa forma de compreensão dos desastres, que infelizmente ainda perdura, foi em grande parte responsável pela “demora” desses fenômenos serem reivindicados como objetos históricos. Isto porque sua origem tida como “natural”, somada a sua excepcionalidade, descolavam as catástrofes de seu contexto social, impossibilitando metodologicamente a produção de trabalhos historiográficos profundos a respeito do tema, com exceção daqueles que se dedicaram ao estudo de epidemias, pestes e fome.

Sendo assim, dentro das ciências humanas, uma espécie de contenda intelectual, na qual a vitória significaria definir o qualificativo mais adequado para acompanhar essa “família conceitual” que é a categoria desastre, faz emergir múltiplas expressões. Ainda que na maioria dos casos os termos utilizados sejam compreendidos de maneira muito mais semelhante do que a própria etimologia possa sugerir, o desenvolvimento de uma terminologia própria procura dar às palavras um significado o mais exato possível, buscando eliminar ambiguidades e reduzir a margem de interpretação de significado.

Por esse motivo, visando minimizar ao máximo possível as ambiguidades para um amplo público, e incluindo de maneira consistente tanto fatores não-humanos quanto humanos, optamos por utilizar nesse artigo a expressão desastres socioambientais.

Em nossa perspectiva, a dimensão humana desses acontecimentos deve ser percebida para além de seus efeitos, à medida que as ações antrópicas também são determinantes na sua produção ou potencialização. Deste modo, devemos ponderar que todos os desastres, são construções sociais e culturais, uma vez que esta noção “possuiu um viés demasiado antropocêntrico, pois é partir da percepção humana que se define a calamidade” (NODARI, ESPÍNDOLA, 2013). Ao atingirmos este ponto, extrapolamos os aspectos materiais e alcançamos, o que Donald Worster (1991) considera, o terceiro nível de análise da História Ambiental. Neste estrato, encontramos a interação mais intangível e exclusivamente humana, na qual percepções, valores étnicos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte da interação entre os grupos humanos e a natureza.

Para o historiador Greg Bankoff, o componente puramente mental é extremamente relevante, pois no momento em que um evento extremo é chamado de desastre, não necessariamente ele é entendido pelo *speaker and audience* (enunciador e público) da mesma maneira (BANKOFF, 2004, p.25). Ou seja, não significa que imediatamente ambos

estejam invocando um único conjunto de princípios culturalmente determinados usados para avaliar o que aconteceu. Isso ocorre, segundo este autor, porque os critérios usados para classificar um perigo como um desastre, são também uma forma de discurso, que implicitamente faz certas declarações sobre o que constitui uma ameaça e um estado de normalidade.

A busca pelo entendimento de como os desastres socioambientais foram assimilados pelas pessoas no passado, permite algumas possibilidades interpretativas. Uma delas, por exemplo, é a avaliação das escolhas feitas pelas instituições governamentais durante o socorro aos atingidos e na aplicação de políticas públicas. Outra possibilidade é compreender como as memórias sobre esses acontecimentos são construídas, assim como, podemos buscar identificar a maneira na qual se opera a relação humano/ambiente no momento mais agudo dos desastres. Neste sentido, identificaremos de que forma o desastre de dezembro de 1995 foi retratado, afim de perceber, sobretudo, quais fatores e/ou sujeitos foram apontados como causadores do desastre. Analisar tal aspecto a respeito da visão da sociedade sobre o desastre de 1995, por meio de matérias jornalísticas, contribuirá para entendermos em que medida a imprensa local colaborou para o reforço da dicotomia humano/natureza nos anos 1990.

Vale destacar, que os periódicos, assim como quaisquer outras fontes históricas, estão repletos de subjetividade, valores e visões de mundo referentes àqueles que os produziram e à época a qual pertenceram. Não obstante, devido ao seu caráter noticioso e a insistência da própria imprensa em ressaltar sua “imparcialidade” é preciso cautela no manejo deste tipo de documento para que ele não seja tomado como, nas palavras de Tania R. de Luca, “um simples receptáculo de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador” (LUCA, 2008, p. 116). Por isso faz-se necessário recorrer a uma bibliografia específica sobre o periódico utilizado, para que possamos entender o processo que envolveu sua organização e manutenção.

O jornal “O Estado” foi fundado em 1915 por iniciativa de Henrique Rupp Junior e Ulysses Costa e apresentou uma alta rotatividade dos proprietários até a década de 1940. Em 1945, época em que o jornal pertencia ao professor Altino Flores, Aderbal Ramos da Silva² o adquiriu, com o claro objetivo de utilizá-lo como instrumento político-partidário do Partido Social Democrático (PSD) (MATA, 1996, p. 36).

A jornalista Leani Budde explica em seu livro “Jornal O Estado: Da glória a decadência (1915-2009)” (2017), que o periódico sofreu uma significativa mudança a partir dos anos 1970, quando José Matusalém Comelli, genro de Aderbal Ramos, assumiu o cargo de diretor presidente.

Além dos investimentos em maquinário, naquele começo dos anos 1970 iniciou-se uma transformação no fazer jornalístico, e a atuação se dava na perspectiva de que jornalismo é um serviço público, que

² O florianopolitano Aderbal Ramos da Silva era neto de Vidal José de Oliveira Ramos, influente político catarinense e patriarca da aristocrática família Ramos. Entre 1934 e 1959, Aderbal Ramos assumiu os cargos de deputado estadual, deputado federal e governador de Santa Catarina. A partir de então, passou a desenvolver intenso trabalho de bastidores na política catarinense. Foi um dos mais destacados banqueiros do sul do país, presidiu o Banco Paraná-Santa Catarina. Além disso, foi sócio fundador da Companhia Cacique de Café Solúvel e proprietário do jornal “O Estado” e da Rádio Guarujá, de Florianópolis. Faleceu em 13 de fevereiro de 1985, em Florianópolis. (ALESC, 2018).

atende ao interesse público e atua como mediador entre a sociedade e os poderes constituídos. Buscava e passou a ter credibilidade e prestígio junto aos formadores de opinião (BUDDE, 2017, p. 36).

Dessa forma, com o passar do tempo, além da evolução técnica que permitiu inclusive a impressão de fotografias, o jornal passou a assumir cada vez mais um caráter noticioso dos fatos, deixando de ser essencialmente proselitista, embora continuasse vinculado aos interesses políticos e econômicos de seu proprietário.

A gestão Comelli inaugurou a chamada “fase áurea” do “O Estado”, que só passou a circular a nível estadual em meados dos anos 1970, com a implantação de sucursais em todas as regiões de Santa Catarina. Juntamente a este movimento de expansão da circulação do diário, houve uma profissionalização da redação que passou a ser composta por jornalistas formados e com experiência em outros jornais (BUDDE, 2017, p. 25).

Contudo, mesmo conseguindo manter um vigor editorial junto ao público por alguns anos, a partir de 1990, o periódico começou a enfrentar sérias dificuldades financeiras, em parte devido à forte concorrência com o Diário Catarinense (DC) iniciada na década anterior. A partir de 2007, passaram a circular apenas exemplares esporádicos, até que em janeiro de 2009 o OE parou de circular definitivamente (BUDDE, 2017, p. 46).

Muito além de informar, os jornais influenciam no cotidiano da região onde circulam, contribuindo na formação da identidade local e na construção da memória. Desse modo, a investigação dos desastres socioambientais, por meio das publicações do periódico “O Estado”, permitiu a análise do que, ou de quem, foi apontado como causa ou responsável pela ocorrência do desastre de dezembro de 1995.

A cobertura jornalística de eventos calamitosos, produzida pela redação do OE, procurava unir matérias noticiosas a artigos de opinião. As matérias eram escritas pelos noticiaristas e raramente assinadas, compostas principalmente por depoimentos e entrevistas com diversos personagens envolvidos no desastre, como a população atingida e os administradores públicos. Enquanto os artigos possuíam um caráter mais dissertativo-argumentativo, com a finalidade de apresentar um ponto de vista sobre os eventos. Escritos pelo grupo editorial ou pelos colunistas, os artigos privilegiavam os assuntos em voga na RMF, *status quo* alcançado pelas inundações, sobretudo, nos anos 1990, o que justifica a presença mais constante desta temática nestes espaços do periódico a partir desse período.

A diversidade de relatos que emergem em ambos tipos de publicações sobre o desastre de dezembro de 1995, foram agrupadas em quatro conjuntos, definidos não pelo teor de suas opiniões, mas pela origem de sua enunciação, ou seja, o critério utilizado para definir os grupos foi o de “quem estava falando”, ou melhor “a quem o jornal atribuiu determinada fala”. Destaca-se, novamente, que embora a pauta de assuntos a serem discutidos não parta unicamente da imprensa, ela tem substancial influência nessa seleção, uma vez que o conteúdo exposto em um periódico passa por filtros definidos por seus responsáveis.

Diante disto, para tornar a análise das opiniões publicadas no periódico a respeito do desastre mais profunda, optamos em definir quatro grupos de "vozes" que emergiram nessa ocasião nas páginas do OE. Deste modo, definimos

os grupos em: atingidos (constituído pelas pessoas que foram de alguma forma afetadas pelo desastre e concederam entrevistas ou depoimentos ao periódico); poder público (que reúne as opiniões dos vários membros da administração pública envolvidos de alguma maneira com o processo da inundação, como prefeitos, vereadores e secretários); especialistas (no qual estão compiladas as opiniões de pessoas com alguma formação acadêmica relacionada à temática, como geógrafos, biólogos, meteorologistas e engenheiros civis e sanitaristas); e por último o grupo jornal OE (que reúne a opinião dos dirigentes do jornal e seus colaboradores, exposta especialmente nos editoriais e nas colunas assinadas, mas também de forma indireta nas matérias noticiosas).

Vale ressaltar, que esta divisão faz parte de uma escolha metodológica na medida em que estes grupos não são conjuntos herméticos, já que seus integrantes muitas vezes compartilham elementos em comum. Neste sentido, do mesmo modo que milhares de residências na RMF foram atingidas pela inundação, a sede do jornal OE, transferida do Centro de Florianópolis para o bairro Monte Verde em 1976, também foi afetada, contabilizando significativos prejuízos. Isso permitiria considerar Comelli, o diretor presidente, e seus colaboradores como atingidos, por exemplo. Outra mostra da porosidade entre estes grupos é a figura de Paulo Lago, geógrafo e professor da Universidade Federal de Santa Catarina e autor de inúmeros livros, incluindo “Calamidade: a enchente do Rio Tubarão-1974 (1983)” e “As Enchentes: o impacto das incertezas (1983)”. Por possuir tal currículo, foi alocado no grupo dos especialistas, mas também assumiu um cargo público municipal. Em junho de 1995, quando o então prefeito de Florianópolis Sérgio Grandó criou a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), nomeou Paulo Lago como seu primeiro diretor.

Dentre os vários temas levantados pelo periódico em sua abordagem sobre o desastre, foram mais caros em nossa análise, os fatores que provocaram, produziram ou potencializaram a ocorrência do desastre. Circunstancialmente, foram trabalhados outros aspectos, como os prejuízos e danos provocados e a recorrência desses eventos na RMF.

O desastre de dezembro de 1995

Depois de uma seca que perdurava há 40 dias, a cidade festejou, na manhã de sábado, a chegada de uma chuva fina, que sequer espantou a população das ruas: na área do calçadão da Capital centenas de pessoas caminhavam, de loja para loja, à procura de presentes de Natal (FORÇA, 1995, p.4).

A antevéspera da data religiosa mais importante do calendário cristão, começou de forma auspiciosa para os moradores da RMF. A chuva, ainda que fina, daquela manhã de sábado, serviu de alento para aqueles que sofriam com uma primavera extremamente seca. As precipitações minguadas de novembro transformaram-se em esparsos chuviscos em dezembro, e a situação que já era preocupante se agravou. As previsões meteorológicas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) também não eram animadoras. Esperava-se um verão de

muito sol e pouquíssima chuva devido a influência do fenômeno *La Niña* sobre toda a Região Sul do Brasil (ESTIAGEM, 1995, p. 9).

À vista disso, compreende-se por que aquela garoa matutina foi recebida com tamanho entusiasmo pelos florianopolitanos, nela estava depositada a expectativa de comemorar o Natal com água nas torneiras. Contudo, entre as 22:00 horas de sábado e as 2:00 horas de domingo, a garoa deu lugar a chuva forte e a esperança ao desespero, quando a água e a lama começaram a invadir as casas.

No dia 24 a precipitação chegou a 165,8 mm, sendo superada pelos 206,6 mm do dia 25. Depois de um intervalo de três dias, voltou a chover forte, e a Estação Meteorológica de São José registrou mais 115,2 mm no dia 29. O total acumulado de dezembro, que até aquele momento era de apenas 4,2 mm, chegou ao final do mês aos surpreendentes 562,2 mm. Muito superior à média de dezembro para o período entre 1970 a 1999, que era de 174,5 mm, e acima da marca histórica de julho de 1983 quando foram registrados 513,6 mm de chuva na RMF (FAGUNDES, 2018, p. 273). Por esse motivo, foi considerada naquele momento a maior precipitação na RMF desde 1911, quando se iniciaram os registros regulares (TEMPO, 1995, p. 9).

Este recorde de precipitação, somado aos severos impactos em todos os municípios da RMF e o momento em que ocorreu, as vésperas do Natal, permitiu à opinião pública, assim como à imprensa e à classe política na época, considerarem este como o maior desastre da história da região. Passados mais de vinte anos, ele ainda mantém esse status, sempre sendo recordado quando outra calamidade atinge um desses municípios. Por esses motivos, o evento de dezembro de 1995 pode ser considerada como um desastre arquetipo – a catástrofe que se tornou a medida de comparação para todas as demais (STEINBERG, 2000, p. 25) – sendo indiscutivelmente o evento que define calamidade na imaginação popular da região.

Em Santa Catarina, as inundações de dezembro de 1995 foram acompanhadas de deslizamentos que juntos atingiram cinquenta e dois municípios, localizados principalmente nas mesorregiões da Grande Florianópolis e do Sul Catarinense, onde produziram milhares de desabrigados e vitimaram extraoficialmente cinquenta e cinco pessoas. Os municípios que registraram maior quantidade de prejuízos materiais e danos humanos foram Jacinto Machado, Siderópolis, Araranguá, Forquilha, Florianópolis, São José e Palhoça, estes três últimos localizados na RMF (ESTRAGOS, 1995, p. 4).

A primeira edição a cobrir o desastre, trouxe na capa a manchete: “Catástrofe: mortos podem chegar a 20”, acompanhada por um texto de apoio no qual, entre alguns números ainda extraoficiais das perdas, dizia-se: “(...) o cenário de desolação assemelhava-se a uma paisagem de guerra” (CATÁSTROFE, 1995, p. 1). Certamente, o impacto produzido por esse desastre surpreendeu a sociedade local, ao menos é o que as matérias publicadas no “O Estado” sugerem, ao comparar o momento pós-desastre a um cenário de guerra.

Figura: Capa da edição de 26 de dezembro de 1995 do periódico “O Estado”.

Cover of the newspaper "O Estado", edition of December 26, 1995



Fonte: CATÁSTROFE: mortos podem chegar a 20. O Estado, Florianópolis, p. 1, 26 dez. 1995.

A fotografia publicada na capa mostrava os moradores de Palhoça e São José observando a ponte sobre o Rio Marum, na divisa entre os dois municípios, parcialmente destruída e sem condições de travessia, colaborando para reforçar a ideia de um cenário de guerra. Esta linha narrativa introduzida pela capa guiou toda aquela edição, na qual não foram poupadas comparações entre a destruição causada pela inundação e um ataque bélico.

A região da Grande Florianópolis está destruída, como se tivesse sofrido um bombardeio. Por todos os municípios da região o que se vê são cenas de uma guerra. Crateras nas ruas, casas resumidas e montes de destroços e mortos, muitos mortos e feridos. Os bombardeiros desta batalha foram as nuvens, que despejaram durante 24 horas uma grossa munição sobre a cidade (ESTRAGOS, 1995, p. 4).

No trecho acima, fica claro que a ideia que se pretende difundir é de que a “batalha” (desastre) foi resultado do ataque de um “inimigo” (natureza) que por meio de “bombardeiros” (nuvens) e “grossa munição” (chuva) provocaram uma destruição sem precedentes. Essa chave interpretativa foi reforçada pelos depoimentos dos moradores que chegaram a comparar o centro de Florianópolis à Bósnia (MAURO, 1995, p. 5), país que vivia na década de 1990 um violento processo de independência, marcado pelo conflito armado que ficou conhecido como a Guerra da Bósnia.

Com base na noção de paradigma de guerra, podemos afirmar que a estratégia de produzir uma analogia entre desastre e guerra, repercute de duas formas: a primeira no entendimento de que as comunidades humanas são corpos organizados que precisam reagir contra uma agressão; e a segunda que o “agente” e a comunidade estão ligados por um conflito, sendo o agente a fonte da ação lançada à comunidade. (GILBERT, 1995, p. 232). A validade desse padrão interpretativo baseia-se na sua simplicidade e clareza, o fato de que guerra e desastre têm algo em comum é claro, e essa evidência é parte do nosso senso comum. Assim, políticos e meios de comunicação utilizam corriqueiramente a retórica de guerra em situações de desastres significativos, pois isso torna seus discursos imediatamente inteligíveis a todos. Tal forma de compreensão desses eventos tem implicações problemáticas. Quando se atribui à natureza a condição de um agente agressor, contribui-se para a naturalização de um acontecimento que possui essencialmente dimensões sociais e culturais. Isto coloca, por sua vez, as pessoas e o mundo natural em oposição, como se a existência ideal de um, fosse inconciliável à do outro, num claro exemplo de reforço da dicotomia humanos/natureza. Ademais, enxergar a todos como vítimas da natureza gera uma ilusória democratização dos danos e prejuízos, visão esta que não ocorreria se os desastres fossem tomados de modo holístico.

Ainda na edição de 26 de dezembro, o jornalista Moacir Pereira em sua coluna destinada geralmente aos assuntos políticos, afirmou que “o temporal atingiu por igual os ricos da Beira-Mar Norte e dos bairros mais charmosos, os pobres dos morros e os remediados de comunidades variadas” (PEREIRA, 1995, p. 2). Outro colunista, Paulo da Costa Ramos, seguiu a mesma linha, ao considerar a inundação um aviso democrático no qual “(...) tanto sofreram ricos como pobres. Ficaram igualados no infortúnio os moradores dos morros e os da mais aristocrática via da cidade, a Av. Rubens de Arruda Ramos” (RAMOS, 1995, p. 2). E nas matérias não assinadas daquela edição, também pode-se encontrar interpretações com esse viés, como em “Água invade Palácio e Assembleia Legislativa” que trata sobre os alagamentos nos edifícios públicos, na qual afirmou-se: “O temporal (...) não fez distinção entre pobres e ricos, povo e governo. Todos foram atingidos” (ÁGUA INVADE, 1995, p. 10).

De fato, em dezembro de 1995 os danos e prejuízos causados foram mais generalizados se comparados aqueles registrados em desastres anteriores. Contudo, esse tipo de perspectiva acaba por suavizar, ou mesmo invisibilizar a dimensão socioeconômica dos desastres. Como afirma Greg Bankoff, muitas cidades que se urbanizaram rapidamente nos países em desenvolvimento tornaram-se potenciais zonas de catástrofes devido ao tamanho da população, à modificação desatenta do ambiente natural ou à expansão em áreas inadequadas para tais propósitos. Nesses casos, foram os membros mais pobres da sociedade, na maioria das vezes os migrantes rurais recentes, que são indevidamente colocados em risco³. Não apenas são forçados a viver nos arredores mais perigosos, como ao longo das margens erodidas dos rios, e no topo das encostas instáveis, mas são os que estão sujeitos a perder todos os seus bens em um único momento (BANKOFF, 2007, p. 107).

³ Anthony Giddens defende que a noção de risco se originou com a compreensão de que resultados inesperados podem ser uma consequência de nossas próprias atividades ou decisões, ao invés de exprimirem significados ocultos da natureza. Assim, o risco substituiu em grande medida o que antes era entendido como fortuna ou destino e tornou-se separado das cosmogonias (GIDDENS, 1991, p. 33).

Com o avançar dos dias, e após uma análise menos imediata dos impactos causados pela inundação, esta linha discursiva empregada neste primeiro momento pareceu não mais se sustentar, e o próprio periódico passou a rever sua opinião em relação a esta “democratização das perdas”. O ponto de virada foi o editorial “Em nome da insensatez”, publicado no dia 28 de dezembro, no qual criticou-se a licenciosidade do planejamento urbano em Florianópolis e afirmou-se que “não por outra razão, e como sempre, a parcela mais pobre da população foi a mais duramente atingida pela força das águas” (EM, 1995, p. 2). Portanto, admitiu-se, mesmo sem um maior debate sobre segregação espacial, que não apenas em 1995, mas como em outros desastres, os pobres foram os mais prejudicados.

Em relação aos fatores causadores dos desastres, a opinião dos atingidos veiculada pelo OE relacionou a elevação das águas às ações humanas, mais precisamente às obras mal planejadas ou não executadas pelo poder público ou particulares, mas que receberam o aval da municipalidade. Comumente, a população afetada buscava entender as situações mais pontuais, como o porquê seus bairros ou mesmo suas ruas foram inundadas. Assim, irrompem nas páginas do jornal explicações como a de um muro de escola que represa a água do córrego em dias de chuva forte (FORÇA, 1995, p. 9), uma empresa que foi construída sobre a rede de esgoto com o aval da prefeitura e canais de escoamento mal dimensionados que impediam a vazão da água (INUNDAÇÕES, 1995, p. 12).

Em meio a exemplos como estes, os moradores do Parque São Jorge, loteamento de classe média-alta localizado na Bacia do Rio Itacorubi, em Florianópolis, reclamavam das duas pontes da Avenida da Saudade (atual Rodovia José Carlos Daux), que passa sobre o Manguezal do Itacorubi. Segundo os moradores, por terem sido mal dimensionadas elas formavam uma espécie de represa que dificultava a chegada da água do Rio Itacorubi até o mar. Esta situação era agravada pelo assoreamento deste rio, intensificado a partir de 1985, devido a descida de terra de áreas desmatadas do Morro do Itacorubi para a construção de novos loteamentos (INUNDAÇÕES, 1995, p. 12). Diante disto, os moradores do Parque São Jorge e de bairros e loteamentos vizinhos também de média e alta renda como Santa Mônica, Córrego Grande, Jardim Anchieta e Jardim Germânia, consideravam as inundações nesta bacia hidrográfica um problema urbano e, como tal, deveria ser resolvido pelo poder público.

Dos quatro grupos, o poder público foi o que menos abordou o tema das causas dos desastres em suas participações no jornal. Os administradores preferiram aproveitar este espaço para evidenciar o tamanho dos prejuízos de seus municípios e, principalmente, para explicar as medidas que estavam sendo ou seriam aplicadas para a mitigação dos danos sofridos. Mesmo assim, pode-se perceber que quando se manifestaram neste sentido, optaram por destacar a ocupação irregular como um fator fundamental para a ocorrência da inundação. A este respeito, o então vereador de Florianópolis, Salomão Mattos Sobrinho sugeriu que o Plano Diretor da Capital deveria prever a identificação e fiscalização das áreas de preservação permanente, como mangues, dunas e encostas de morros, tendo em vista que “ficou provado que as ocupações irregulares é que motivaram as últimas cheias” (CÂMARA, 1995, p. 9). Dessa forma, nas vezes em que a municipalidade apontou a ocupação humana como geradora do desastre, sempre a caracterizou como irregular.

É importante destacar que, juridicamente, o parcelamento irregular do solo, ou os chamados “loteamentos clandestinos”, são realizados à margem da legislação urbanística, ambiental, civil, penal e registraria. Nestes empreendimentos se abrem ruas e se demarcam lotes sem qualquer controle do poder público, os quais são em seguida alienados a terceiros, que rapidamente iniciam a construção de suas casas. Os assentamentos assim constituídos não obedecem a qualquer planejamento urbanístico e são geralmente carentes de infraestrutura (PINTO, 2006). A constituição dessas ocupações está imbricada ao processo de expansão urbana das cidades brasileiras no século XX, que não estavam preparadas para o crescimento desenfreado que viriam a experimentar. Da mesma forma, o Estado não possuía políticas públicas adequadas para a promoção de moradias destinadas à parcela da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social e econômica. Devido a isto, muitas pessoas acabaram se dirigindo para espaços precários, inadequados para a ocupação humana por não possuírem poder aquisitivo suficiente para comprarem suas moradias na dita cidade “formal” (CHONARDIE; FORTUNATO, 2015, p. 201).

Todavia, na RMF existem vários loteamentos que não se enquadram neste perfil de “irregulares”, mas que também foram atingidos pelo desastre de dezembro 1995, e outros precedentes, bem como, contribuíram para a potencialização destes acontecimentos ao promoverem transformações danosas ao processo natural de escoamento das águas pluviais e fluviais. O bairro Santa Mônica em Florianópolis, originalmente loteamento Jardim Santa Mônica, que foi loteado pelas Irmãs da Divina Providência em 1970, por exemplo, foi implantado seguindo os trâmites legais, inclusive tendo seu zoneamento confirmado no “Plano da Trindade”, Lei nº 1.851 de 1982 (SILVA, 2004). Ainda assim, foi instalado em parte do Manguezal do Itacorubi, ecossistema costeiro, naturalmente alagável, que responde pelos processos associados à dinâmica flúvio-marinha, fragilizado pela intensa ação antrópica ao longo do tempo. Como apontam as geógrafas, Cibele Lima e Regina C. de Oliveira, essas interferências têm como consequência o comprometimento do sistema manguezal e a produção de inundações, representando riscos diretos para a população local e indiretos para toda a sociedade (CIBELE; OLIVEIRA, 2011).

Outro exemplo significativo é o bairro Flor de Nápolis, que se originou do loteamento de mesmo nome implantado pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC) no final dos anos 1970. Nos primeiros meses de 1996, o jornal “O Estado” publicou uma série de matérias sobre a reconstrução da RMF após o desastre de dezembro do ano anterior. Em uma delas, a respeito da situação de São José, o então vereador Édio Vieira foi questionado sobre o andamento das obras de prevenção de inundações no município. Em relação ao bairro Flor de Nápolis, o vereador considerou como um “caso sem solução, tendo em vista que ele está sobre o segundo leito do rio” (CHUVA ATRASADA, 1995, p. 11).

O fato do loteamento ter sido implantado sobre a planície de inundação (ou leito maior) do Rio Forquilhas, foi determinante para que os futuros moradores do Flor de Nápolis sofressem com as inundações. Como afirmam as geógrafas Hermann e Cardozo a interferência antrópica nas planícies através de impermeabilização do solo, da canalização e retificação dos canais fluviais, das ocupações de margens dos cursos d'água e do lançamento de lixo,

esgotos e águas servidas diretamente sobre as drenagens, contribuem para ocorrências das inundações e alagamentos durante os períodos chuvosos (HERRMANN; CARDOZO, 2018).

Isso demonstra que o próprio Estado, por vezes, seja na função de regulador ou mesmo promotor da ocupação do solo na RMF, permitiu ou inseriu pessoas em áreas impróprias para habitação, contribuindo assim para a potencialização dos prejuízos causados por inundações na região.

A opinião da direção do “O Estado” sobre as causas do desastre de dezembro de 1995 foram expostas em dois editoriais publicados nos dias 27 e 28 de dezembro e na coluna “Informação Geral” da edição que foi às ruas no dia 30 do mesmo mês. Cabe aqui destacar, que no caso específico do OE, era como se existissem dois editoriais por edição. Embora Aderbal Ramos da Silva não assinasse nenhuma coluna, comparecia com frequência ao jornal para “mandar recados políticos através da coluna editorial ‘Informação Geral’” (BUDEE, 2017, p. 21), escrita geralmente pelo editor-chefe. O editorial propriamente dito era escrito por um dos dirigentes, preferencialmente pelo diretor presidente José Matusalém Comelli.

Em “A lição das águas” (1995, p. 2), os dirigentes do periódico reconhecem que os fenômenos climáticos são muitas vezes imprevisíveis e sua real intensidade só é reconhecida eminentemente à sua ocorrência. Por outro lado, os efeitos desses eventos são demasiado conhecidos na RMF e, portanto, permitem a tomada de providências que os impeça de acontecer ou que os minimize.

A visão dos líderes do jornal nos sugere que exista uma notada participação da administração pública na produção das consequências dos desastres, tendo em vista que as cidades estavam completamente despreparadas para situações como as que ocorreram no Natal de 1995.

Nem se culpa a atual administração municipal que, ao contrário, soube se mobilizar já nos primeiros momentos para atenuar o sofrimento da população. Fala-se aqui numa série acumulada de equívocos que se lançam para o passado, mas que não podem nem devem projetar-se para o futuro. O que se viu (...) foi a absoluta inadequação dos equipamentos públicos a uma solicitação maior e emergencial. Houve colapso imediato do sistema de drenagem e de esgotos pluviais, da rede elétrica aérea e de outros equipamentos e serviços essenciais. Ficou lamentavelmente exposto, também, o equivocado e permissivo processo de ocupação do espaço urbano, que tolera edificações inadequadas em áreas de elevado risco, como encostas e baixadas inundáveis. Áreas que já têm uma tradição lamentável de *tragédias ciclicamente reprisadas* (A LIÇÃO, 1995, p. 2). (Destaque do autor)

Esse trecho trata mais especificamente de Florianópolis, apesar de que a situação possa ser estendida a todos os municípios da RMF. O reconhecimento da rapidez na mobilização dos setores públicos municipais responsáveis pela mitigação dos danos contrapõe-se a crítica feita aos erros cometidos pelo poder público no passado. Isto evidencia a noção do desastre como um processo, que não foi deflagrado somente no momento em que a chuva forte caiu sobre o município, apesar de ser muito mais simples reconhecer este instante como aquele que originou a inundação, do que compreender que a forma como procedeu o planejamento urbano e as transformações do meio também tornaram ele

possível. Deste modo, ao reconhecer os desastres como processos, assume-se que eles subsistem simultaneamente em temporalidades passadas, presentes e futuras.

Outras duas questões que receberam destaque no editorial foram a da ocupação humana e a recorrência das inundações em Florianópolis. A ocupação do espaço urbano, caracterizada como equivocada e permissiva ganhou status de causa do desastre e foi somada aos ineficientes equipamentos públicos, ambos colocados sob a responsabilidade do poder público.

Podemos dizer que, a recorrência das inundações em Florianópolis dificilmente era admitida abertamente no jornal, isso ocorria apenas em raras exceções, como no caso da expressão em destaque na citação anterior. Ainda assim, na mesma edição em que foi publicado este editorial, Moacir Pereira em sua coluna insistia em negá-la: “Florianópolis e cidades vizinhas não tinham a tradição da população do Vale do Itajaí, já acostumada com estas lamentáveis ocorrências” (PEREIRA, 1995, p. 2).

Nossa hipótese para o não reconhecimento explícito da recorrência das inundações nas páginas do OE, sobretudo em relação à Capital, nos remete aos anos 1960 e a escolha econômica de desenvolvimento para Florianópolis. Naquela década a cidade que havia sido idealizada por seu primeiro Plano Diretor jamais encontrou efetivação e a orientação geral do documento foi contrariada em muitos aspectos. Enquanto os planejadores preconizavam a integração de Florianópolis à economia industrial, percebe-se na imprensa uma tendência dos grupos dirigentes e empresariais em favor de outra opção de desenvolvimento para o município, o turismo (LOHN, 2007, p. 314). Nos anos 1980, o OE participou efetivamente na consolidação desta, como a principal atividade econômica do município.

Na década de 1980 foi lançado o projeto “Florianópolis meu amor”, uma parceria entre o jornal “O Estado” e a prefeitura para tornar Florianópolis nacionalmente conhecida. Iniciado a partir de um caderno especial sobre o aniversário de 260 da Capital, o projeto pretendia enaltecer a cidade e a autoestima dos moradores. A campanha foi defendida em solenidade por publicitários e representantes de vários setores empresariais que defenderam o lema como forma de divulgar a cidade e cultivar os valores culturais ilhéus (BUDDE, 2007, p. 142). Na edição seguinte após as comemorações do aniversário e da publicação do suplemento no jornal a respeito, a coluna “Informação Geral” (INFORMAÇÃO, 1985, p. 2) destacou o sucesso do projeto e enalteceu seus objetivos. O principal deles era conscientizar a população para a necessidade de preservar Florianópolis, afirmando que o município tinha como grande vocação econômica o turismo, e portanto, não podia destruir este potencial, não apenas por encantar os turistas, mas por que era neste espaço que viviam os florianopolitanos. De fato, a partir desse período o turismo se consolidou como atividade econômica principal, reconhecida nacional e internacionalmente. Tal “aptidão econômica”, construída por grupos empresariais e políticos, só ganhou companhia recentemente, com o forte crescimento do setor tecnológico. Este, aos poucos vai transformando a “Ilha da Magia”, apelido relacionado justamente às belezas naturais, em “Ilha do Silício”, alusão ao Vale do Silício nos Estados Unidos, região mundialmente conhecida por sua produção tecnológica (ILHA, 2019).

Retornando a análise do desastre de dezembro de 1995, conseguimos perceber alguns aspectos da relação turismo/desastre. Nem sequer as chuvas mais intensas haviam passado, e a preocupação do à época deputado federal e ex-prefeito de Florianópolis Edson Andrino, era com o pouco tempo que o prefeito Sérgio Grandó teria para reconstruir a Capital antes do início da temporada de verão (ANDRINO, 1995, p. 7). No início de janeiro de 1996, o temor de parte da classe política alcançou os empresários do turismo, que resolveram contratar dois jornalistas do “O Estado de São Paulo” para produzirem uma série de reportagens mostrando a situação de Florianópolis após a inundação. Eles chegaram com a missão de saber até que ponto o turismo havia ficado prejudicado pelo desastre e em que condições estavam as praias da Ilha. O objetivo dos contratantes e apoiadores dessa iniciativa, a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), a Fundação Pró Turismo de Florianópolis (PROTUR), a Associação Brasileira de Agência de Viagens de Santa Catarina (ABAV-SC) e a TAM linhas aéreas, era “mudar a má imagem”, difundida no restante do país, de que Florianópolis “estava um caos” (INDÚSTRIA, 1996, p. 10).

É interessante perceber que a escolha pelo turismo como uma das principais atividades econômicas, exigia que a construção de uma imagem do pós-desastre na Capital como um cenário de guerra fosse alterada o mais rápido possível. Ela deveria ser substituída por outra, na qual a cidade já havia se recuperado e os problemas decorrentes do desastre estivessem superados. Muito provavelmente, importante num primeiro momento para reforçar a necessidade de auxílio financeiro a nível estadual e federal, a imagem de “cidade destruída”, precisou ser rapidamente apagada para dar lugar a “cidade reconstruída”, tônica que repercutiu nas próprias manchetes do OE. Esta não é uma exclusividade desse caso, de acordo com Mauch e Pfister, os estados constitucionais democráticos modernos, com sua mídia plural, costumam transformar os desastres locais em eventos nacionais. De modo que a mídia definitivamente desempenha um papel fundamental na criação de uma percepção nacionalizada (MAUCH; PFISTER, 2009, p. 57).

O segundo editorial dedicado a tratar da inundação, publicado no dia 28 de dezembro, seguiu a linha do primeiro, mas centrou sua crítica no que chamou de “habitual”, e geralmente “solitária medida de resposta aos desastres”: a busca de recursos nas instâncias superiores. Que foi definida como uma “dança ritual com a qual os feiticeiros da política e da administração pública tentam purgar suas culpas nunca assumidas” (EM, 1995, p. 2). Com um tom pessimista, o texto ainda tratou da falta de obras preventivas, assim como, da incúria com o planejamento urbano, baseado em interesses políticos e econômicos ao invés de coletivos, entendidos como elementos que impediam mudanças profundas no trato com os desastres, restando a sociedade apenas esperar por uma nova catástrofe.

Novamente, por motivos semelhantes, o poder público foi responsabilizado na coluna “Informação Geral”, do dia 30 de dezembro. A diferença foi que desta vez a população, ainda que considerada como a maior das vítimas, também foi imputada pelo lançamento de lixo nos rios, córregos e ruas, que retardou o escoamento das águas e consequentemente ampliou o tamanho das áreas inundadas. A publicação foi finalizada com a seguinte frase: “A natureza não produziu a tragédia sozinha. Teve ajuda, e muita” (INFORMAÇÃO GERAL, 1995, p. 2). Desta forma, é muito provável que entre os dirigentes do jornal, o desastre de dezembro de 1995 não fosse visto como estritamente

natural. Contraditoriamente, isso não impediu que outras matérias, sobretudo as noticiosas, fossem escritas de tal forma que a natureza fosse vista como a principal culpada, como vimos anteriormente em relação à comparação desastre/guerra e à naturalização que pode decorrer dessa analogia.

Por sua vez, os artigos de opinião reproduziam mais fielmente a linha editorial, sublinhando a forte intensidade das chuvas no final de dezembro de 1995, mas ressaltando especialmente outras dimensões do desastre. Em sua coluna, Paulo da Costa Ramos considerou que:

(...) o produto do desastre é o produto da nossa (in)cultura. (...) Construir abaixo do nível da maré, em cima de uma cidade sem esgotamento pluvial, é atrair o desastre; não dotar as garagens de equipamentos eficientes de drenagem, é inaceitável imprevidência; colocar os transformadores de energia neste mesmo plano, é criminoso; aprovar tal procedimento, então, é desesperador (RAMOS, 1995, p. 2).

O jornalista, que pertencia ao alto escalão do jornal, referia-se aos “absurdos” feitos na construção dos “elegantes e caríssimos” edifícios da Avenida Rubens de Arruda Ramos (Beira-Mar Norte) que resultaram, segundo ele, em sérios prejuízos e mobilizaram parte das forças de defesa que poderiam estar trabalhando em outros pontos da cidade. Em seguida, não hesitou em apontar os culpados: “em primeiro lugar os empresários em busca de ganhos fáceis; em segundo lugar, o poder público, cujos agentes se deixam corromper, fazendo vista grossa às irregularidades; e em terceiro, as vítimas, cujo estágio sócio-econômico deveria pressupor uma atitude firme em relação a própria segurança” (RAMOS, 1995, p. 2).

A partir da crítica de Paulo da Costa Ramos a falta de preocupação dos moradores da Beira-Mar com sua própria segurança, podemos destacar que em grande parte das vezes, infelizmente, o fato de determinado local ser uma área de risco de inundações acaba não sendo determinante para que as pessoas escolham outro lugar para morar. Em 1995 não foi a primeira vez que as garagens dos condomínios da Beira-Mar Norte foram tomadas pelas águas em episódios de chuvas intensas, de tal modo que muito provavelmente os moradores dessa localidade sabiam que isto poderia voltar a ocorrer. Porém, possivelmente consideravam este, um preço baixo a pagar, comparado aos benefícios que tal endereço garantia, como o baixo índice de violência, a proximidade de espaços e serviços valorizados da cidade, a vista para o mar e o próprio status social que viver naquela área proporciona.

De modo semelhante, as geógrafas Herrmann e Cardozo afirmam que atualmente os moradores do bairro Flor de Nápolis, em São José, já conhecem os riscos de viverem naquela localidade, devido à grande recorrência de inundações, porém os motivos de permanecerem no bairro divergem daqueles dos que vivem na Beira-Mar Norte em Florianópolis. A sua exposição ao risco, é explicada principalmente por não terem condições financeiras de adquirirem um imóvel em outro local. Assim, resolveram tornar suas residências mais seguras, utilizando estratégias como o soerguimento sobre pilotis (para as casas de madeira), a edificação de um segundo pavimento ou construção sobre aterros e muros de contenção (HERRMANN; CARDOZO, 2018).

Uma característica marcante da cobertura jornalística do OE sobre o desastre de dezembro de 1995 foi o espaço destinado para os comentários dos especialistas, o que sem dúvida, é uma evidência da própria magnitude desse desastre, considerada muito superior em relação aos ocorridos anteriormente. Visto como o maior da história da RMF, ele teve uma cobertura jornalística muito superior aos demais, com mais de cem reportagens e quatro capas seguidas, inteiramente dedicadas ao evento.

A calamidade do Natal continuou a repercutir durante todo o ano seguinte, o que foi realmente inédito. Ainda assim, em julho de 1996, o OE considerou que mesmo tendo exposto o tema incessantemente em suas páginas, apenas uma minoria de pessoas havia se perguntado porque o desastre havia ocorrido.

Àquela altura, o impresso ponderou que as causas do desastre não eram naturais, afirmando claramente que “a grande quantidade de chuva não é definitivamente a resposta” (OCUPAÇÃO, 1996, p. 16). Foi a primeira vez que um argumento deste tipo havia sido publicado, fora dos editoriais e dos artigos de opinião. Geralmente as matérias noticiosas sobre o desastre feitas no calor do momento focavam na culpabilização da natureza, divergindo dos editoriais. Como exemplo de matérias como esta, temos a publicação do dia 29 de dezembro, sobre a ansiosamente aguardada previsão do tempo. Nela, alertou-se a população a respeito da continuidade das chuvas nos dias seguintes e afirmou-se que: “a explicação para toda esta tragédia provocada pelas forças da natureza é a presença do fenômeno Vórtice Ciclônico” (TEMPO NÃO, 1995, p. 8). Assim, o tal Vórtice Ciclônico muito provavelmente não foi interpretado apenas como a configuração climática geradora de chuvas intensas, mas sim, como o fenômeno destruidor, aquele que provocou a calamidade e o sofrimento das pessoas atingidas.

Em março de 1996, a jornalista Gisa Frantz, escreveu uma matéria destacando o crescimento do interesse dos florianopolitanos pela previsão do tempo, segundo ela, estimulado pelas recentes ocorrências de inundações, secas e tempestades. Assim, buscando corresponder a este anseio dos leitores do OE, a repórter entrevistou o meteorologista da EPAGRI, Clóvis Corrêa. Em meio a sua explicação sobre o funcionamento da previsão do tempo e da ciência meteorológica, Corrêa comentou sobre as causas dos desastres em Santa Catarina. Para ele, o desmatamento, a expansão urbana, o assoreamento de rios e canais artificiais potencializaram as catástrofes. Para justificar seu argumento afirmou que:

Na Serra do Mar, por exemplo, choveu tanto quanto aqui, em dezembro, e não foram registrados problemas. Em áreas preservadas as barreiras naturais dão conta do escoamento das águas. O concreto não tem capacidade de absorção e os problemas aumentam na medida em que as vias de escoamento apresentam deficiências (PROCURA, 1996, p. 9).

Ainda que em ambientes preservados e não ocupados pelos humanos a suscetibilidade a inundações e deslizamentos seja menor, por vezes ela também ocorre. A diferença – ponto chave para se compreender a noção de

desastres socioambientais – é de que a ausência humana faz com que tais acontecimentos não sejam caracterizados como um desastre.

Como analisou Alfredo R. S. Lopes, em sua tese de doutorado intitulada “Desastres Socioambientais e Memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)”, em dezembro de 1995 uma grande área da Serra Geral, próxima às cabeceiras dos rios Pinheirinho e Figueira sofreu uma série de deslizamentos. Estes por sua vez removeram grande parte da floresta e da cobertura do solo das escarpas e carregou uma enorme quantidade de árvores, blocos rochosos, seixos e terra. Porém, o desastre se efetivou, quando todo esse material chegou em forma de uma avalanche de lama, com ondas de três a seis metros de altura que varreram o interior do município de Timbé do Sul (LOPES, 2015, p. 144). É importante ressaltar, que tal constatação não impede de compreendermos os desastres como processos que iniciam muito antes do aparecimento de um fenômeno principiador específico, pelo contrário. Uma das principais contribuições da abordagem histórica da pesquisa de desastres, na visão de Christof Mauch e Christian Pfister, é a sua capacidade de reconhecer tanto o imediatismo da catástrofe – sua incidência súbita e a tragédia do dia – e os efeitos a longo prazo de tais eventos (MAUCH; PFISTER, 2009).

A opinião do meteorologista da EPAGRI, de que a magnitude das inundações é cada vez mais influenciada pelas ações antrópicas era compartilhada pela Associação de Engenheiros de Florianópolis. Segundo o diretor-financeiro da associação, Manoel Francisco Simon, as inundações na RMF eram resultado de precipitações intensas, associadas à elevação da maré, porém o efeito destruidor das águas da chuva e sua intensidade estavam cada vez mais associadas à impermeabilização das bacias hidrográficas, ao desmatamento da mata ciliar, ao estrangulamento e obstrução de canais naturais, à ocupação de áreas de extravasamento e à falta de limpeza de valas e bueiros (SEMINÁRIO, 1996, p. 12). Nesse ponto de vista, a maior responsabilidade era atribuída à administração pública por sua falta de fiscalização e negligência na análise de projetos de conjuntos habitacionais. Os casos dos loteamentos já mencionados como Flor de Nápolis em São José, Santa Mônica e Parque São Jorge em Florianópolis, são representativos nesse sentido.

Além do poder público, o engenheiro Manoel Simon, admitiu que sua classe profissional também tem grande participação, tendo em vista, que se os projetos fossem elaborados com responsabilidade não necessitariam de uma fiscalização rigorosa. Por último, incluiu a população que, ao jogar lixo nas ruas e diretamente nas valas dificultava o escoamento da água (SEMINÁRIO, 1996, p. 12). Em outra matéria publicada alguns dias depois, o engenheiro ainda acrescentou o desmatamento promovido pela ocupação desordenada das encostas como um fator importante na produção de inundações em Florianópolis. Pois, para ele, a falta de cobertura vegetal nessas áreas elevadas, permitia que durante os dias de chuva intensa uma grande quantidade de terra escorresse para as partes mais baixas, entupindo o deficiente sistema de drenagem da cidade (ESTUDOS, 1996, p. 16).

Podemos afirmar que um dos desdobramentos positivos do desastre foi a ampliação do debate na esfera da mídia impressa a respeito da relação entre urbanização, manguezais e inundações. Isso foi de grande valia se levarmos em

conta que parte da população que foi atingida várias vezes durante a década de 1990 pelas inundações, e que habitava áreas aterradas de manguezal ou mesmo próximas a esse ecossistema, ainda o consideravam um “vilão”.

Em fevereiro de 1996, um protesto para exigir que a Prefeitura de Florianópolis tomasse providências para evitar as inundações na Bacia do Itacorubi, organizado pelo Comitê Interbairros Contra as Cheias, interrompeu o trânsito na Avenida Madre Benvenuta, principal via do bairro Santa Mônica. O Comitê, que foi criado por moradores de diversos bairros da bacia após o desastre de dezembro de 1995, exigia que fossem realizadas limpezas e o alargamento dos canais que cortavam “o mangue do Itacorubi, um dos grandes responsáveis pelas enchentes nos bairros da região” (PROTESTO, 1996, p. 11). O prefeito Sérgio Grando se dirigiu até o local e garantiu que uma equipe da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) iria até o bairro para fazer a limpeza da lama e dos entulhos que se acumularam nas ruas após o temporal da noite anterior, mas não garantiu qualquer intervenção dentro do manguezal, já que isto exigia uma liberação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Essa visão equivocada de que o manguezal era um dos principais agentes das inundações, foi combatida em uma série de matérias nos meses seguintes, publicadas geralmente no caderno “S.O.S Cidades” que ocupava as últimas páginas do jornal e abordava os principais problemas dos bairros dos vários municípios da RMF. Em uma delas, intitulada “Crescimento desordenado ameaça rios da Ilha” (CRESCIMENTO, 1996, p. 16), o engenheiro sanitário e, na época, diretor da COMCAP, Rogério Miranda afirmou que a rodovia SC-401, que corta o Manguezal do Itacorubi, foi construída sem que se deixassem passagens adequadas para a água, formando pontos de estrangulamento e causando as inundações. Além disso, a proximidade das construções às margens dos rios e córregos dificultava a limpeza das valas e propiciava o uso desses leitos como depósitos de lixo e dejetos. Segundo ele, o desastre de dezembro de 1995 evidenciou como as intervenções humanas sobre os manguezais podem ser prejudiciais. Para basear seu argumento, utilizou como exemplo o impacto sofrido naquela ocasião pelos bairros Carianos e Santa Mônica. Ambos possuem a mesma altura em relação ao nível do mar, porém o primeiro, localizado na Bacia do Rio Tavares, não sofreu tanto quanto o segundo, devido ao Manguezal do Rio Tavares possuir uma área preservada superior ao do Itacorubi, na visão do engenheiro sanitário.

De forma semelhante, em “Agressões ao mangue potencializam problema”, o biólogo e professor da UFSC, Eduardo Juan Soriano-Sierra, especialista em ecossistemas costeiros, apontou a rodovia SC-401 como responsável por impedir a livre circulação de água no Manguezal do Itacorubi, que obstaculizada pela via de chegar ao mar, escorria para outros lugares, como o bairro Santa Mônica. Ele ainda alertou que se os aterros continuassem a ser construídos os impactos das inundações naquele bairro se agravariam. Como o título sugere, a matéria procurou inverter a perspectiva de que o manguezal provocava as inundações, intenção que ficou clara na seguinte afirmação: “na verdade, o mangue não é o culpado pelas enchentes, pelo contrário, se não existisse seria até pior”. (AGRESSÕES, 1996, p. 16).

O uso do solo e suas implicações na dinâmica hidrológica também foi um tema tratado por Paulo Lago no OE em sua tentativa de compreender não apenas o desastre de 1995, mas também as últimas inundações que vinham

ocorrendo na RMF. Diferentemente de outras ocasiões em que figurou no periódico, desta vez, já como superintendente da Fundação Municipal Meio Ambiente de Florianópolis, o geógrafo assinou três artigos de opinião referentes ao desastre de 1995.

Na edição de 29 de dezembro, portanto ainda durante a fase aguda do desastre, Paulo Lago iniciou seu texto assinalando que as inundações eram “fenômenos bastante rotineiros na vida dos catarinenses” (LAGO, 1995, p. 1995), apesar de ainda serem tratados como fatalidades. Segundo ele, mesmo as causas dos transbordamentos dos rios no estado serem suficientemente conhecidas, as inundações mais recentes vinham apresentando características diferentes. Vistas até então como eminentemente fluviais, cada vez mais esses acontecimentos mostravam uma maior correlação com as chuvas.

Podemos supor que esta maneira de perceber as inundações, estava diretamente ligada aos grandes desastres deste tipo que haviam ocorrido nas décadas anteriores, do qual destacam-se a “Enchente de Tubarão” de 1974 e a “Enchente de Blumenau” de 1983. Nessas duas situações relacionou-se a inundação à ideia de grandes rios que transbordam. Neste sentido, o desastre de dezembro de 1995, se diferenciou, sobretudo por evidenciar que mesmo em bacias substancialmente menores, como as que drenam a RMF, os impactos das inundações também podem ser impetuosos. Portanto, a ocorrência de uma inundação dessa magnitude em bacias onde não existem rios tão extensos e volumosos, como o Itajaí-Açu e Tubarão, exigiram novas explicações.

Para Lago, estas “novas” inundações, que ele chamou de “enchentes urbanas”, estabeleceram incertezas quanto aos protagonistas dos estragos. Segundo ele era difícil determinar se a responsável foi a chuva intensa ou os rios e riachos das cidades que “organizados” pelos humanos ainda sim continuam transbordantes (LAGO, 1996a, p. 1995). Apesar desta incerteza, o geógrafo insistia que, à medida que as cidades se tornavam sinônimo de superfície impermeável, e de que nelas, os fluxos de d'água tendiam a ser comprimidos pelas edificações, as relações entre o uso do solo e as inundações eram evidentes.

Esse debate entre fatores naturais (rios e chuvas) e humanos (antropização do ambiente) na produção dos desastres continuou sendo abordado por Lago em seu artigo “Enchentes e Vulnerabilidades”, publicado em 2 de fevereiro de 1996. Nele, o geógrafo afirmou que o território catarinense é um contexto espacial vulnerável às inundações, por apresentar uma abundância de rios permanentes. Para ele, um território repleto de bacias e microbacias hidrográficas inevitavelmente teria espaços geográficos suscetíveis a extensos ou restritos transbordamentos. Entretanto, o que considera vulnerabilidade do território é “muito mais, a medida do potencial danificável do patrimônio derivado da humanização dos ambientais” (LAGO, 1996a, p. 2). Portanto, parece novamente reforçar a dimensão social do desastre, mas dá um passo atrás na formulação de uma visão mais holística desses eventos quando afirma que “a dúvida persistirá, se a vulnerabilidade às enchentes e torrencialidades é do território físico ou de nossas ainda precárias engenharias” (LAGO, 1996a, p. 2). Entendemos que esta dicotomia natureza *versus* humanos, representados neste caso respectivamente pela suscetibilidade do meio e as ações antrópicas modificadoras, deve ser desconstruída, tendo em

vista que esses dois elementos estão integrados não só na produção dos desastres, como em todos os âmbitos da vida no planeta.

Pouco mais de um mês depois, em 7 de fevereiro de 1996, Paulo Lago escreveu novamente ao jornal, dessa vez tratando mais especificamente de Florianópolis e suas calamidades. O texto procurava evidenciar como o processo de expansão urbana potencializou os riscos de se viver na Capital, ainda que o geógrafo relativize esta visão, ao garantir que as situações dramáticas que ameaçam as condições de bem-estar dos cidadãos são eventuais e incertas, estando longe de invalidar os investimentos imobiliários (LAGO, 1996b, p. 2).

Segundo ele, a ocupação de áreas “proibidas”, como encostas de morros e franjas de mangues, seja ela clandestina ou consentida, explica-se pelo fato dos espaços mais seguros terem se tornado inacessíveis financeiramente a um grande número de pessoas.

Certamente, a ocupação de áreas de risco não se realiza tão uniformemente, em obediência ao baixo nível de renda dos ocupantes. (...) Mas, os ricos têm endereçamento que prevalece em relação às edificações efetuadas por famílias mais carentes, que erguem suas casas em níveis mais elevados, em terrenos mais instáveis e sob condições arquitetônicas mais precárias (LAGO, 1996b, p. 2).

Percebe-se que Paulo Lago não faz uma ligação direta entre moradores de áreas de risco e pessoas de baixa renda, mas considera que estes últimos geralmente estão mais expostos aos riscos. De forma semelhante, Greg Bankoff (2007, p. 4) alerta que a vulnerabilidade é determinada por uma combinação de fatores que incluem classe, sexo, idade, etnia, entre outros, e à vista disso, não deve ser confundida com pobreza. Este autor, então, propõe que a maior exposição de determinadas pessoas ao risco é explicada pela maneira como os sistemas sociais são estruturados. Portanto, o que é crucial na compreensão da natureza dos desastres são análises das maneiras pelas quais estes sistemas humanos colocam as pessoas em risco em relação umas às outras e ao ambiente.

Considerações finais

Pela observação dos aspectos analisados é possível afirmar que não apenas uma, mas várias foram as causas apontadas nas páginas do OE como responsáveis por produzirem o desastre. O grupo dos atingidos figurou no periódico sempre considerando a infraestrutura das cidades como o elemento preponderante para a ocorrência da calamidade. Este coro ganhou eco também nos editoriais, mas foi geralmente omitido nas matérias noticiosas que, em meio ao registro das perdas e do sofrimento das vítimas, ressaltavam a destruição causada pela fúria da natureza. Os especialistas evidenciaram a dimensão antrópica e contribuíram para o aprofundamento do debate, com a inclusão de questões como a ocupação humana e a destruição dos ecossistemas, processos que combinados a períodos de pluviosidade intensa tiveram resultados desastrosos. Entendido como o encarregado por gerenciar os municípios, o poder público foi acusado

por essas três frentes, atingidos, OE e especialistas, sendo o grupo menos homogêneo na definição do que seria a origem do desastre, apesar de apresentar uma predileção para as causas naturais.

Diante disso, nos chamou atenção tanto a ausência de explicações religiosas ou divinas, quanto o fato da infraestrutura urbana ser bastante citada como a responsável pelo desastre, seja por sua incapacidade de funcionar adequadamente nos momentos de emergência, seja por ter comprometido a dinâmica natural de escoamento da água das chuvas. Se por um lado isso pode ser visto positivamente, na medida em que inclui a participação humana na origem do desastre, por outro, demonstra a crença nas soluções puramente estruturais, em detrimento às não-estruturais – como a implementação de sistemas de alerta –, mesmo que por vezes fosse admitida a necessidade de uma maior conscientização da sociedade sobre estas questões.

Buscando uma fácil assimilação pelo público do que havia sido o evento, as matérias noticiosas publicadas no OE utilizaram o paradigma de guerra como chave interpretativa e recurso discursivo, o que reforça a dicotomia entre humanos e natureza ao considerar esta como um inimigo a ser enfrentado.

Entretanto, em outros espaços do jornal, o debate sobre as causas do desastre ganhou maior complexidade. Nos editoriais e nas matérias com especialistas, principalmente, outros fatores foram incluídos na equação do desastre, com destaque para a ocupação do solo, a necessidade de preservação dos manguezais para a redução dos impactos das inundações e os problemas gerados pelas intervenções humanas inadequadas no ambiente. Esta estratégia de veicular diferentes opiniões a respeito do desastre de 1995, durante meses após o ocorrido, contribuiu, ainda que de maneira incipiente, para a construção de diferentes visões acerca do porquê da Região Metropolitana de Florianópolis ser atingida por inundações, capazes de gerar desastres de grande impacto. Isto, portanto, colabora para o questionamento da interpretação dos desastres como algo estritamente natural, pensamento que os considera uma força implacável da natureza, da qual os humanos tem pouca responsabilidade e praticamente nada a fazer para evitá-la.

Consideramos que o espaço cedido a opiniões distintas no jornal, e, principalmente o desalinho observado entre as causas do desastre difundidas nos editoriais, e nas matérias noticiosas, podem ser justificados por dois motivos. Em primeiro lugar, de modo geral, se faz necessário considerar que os jornais, assim como as revistas, são obras coletivas e portanto resultado do trabalho de pessoas com concepções e valores diferentes. Em segundo lugar, de modo mais específico, a gestão liderada por Matusalém Comelli valorizava a variedade de opiniões nas edições do diário, pois isso contribuía para desvincular, de certa forma, o OE da característica proselitista que adquiriu após ser comprado por Aderbal Ramos da Silva. Era também com este intuito que Comelli preocupava-se em consolidar um fazer jornalístico profissional, semelhante ao praticado nas redações mais importantes do país e próximo da máxima jornalística da “imparcialidade/neutralidade”. Assim, em relação a cobertura do desastre, o jornal em questão, procurou colocar-se na posição de intermediador entre o que seriam os interesses da população, apresentando os problemas da cidade, e as ações político-administrativas ao entrevistar a classe política. Por outro lado, a opinião do alto escalão do jornal era constantemente apresentada nos editoriais e artigos de opinião, destacando como causa, sobretudo, a deficiente infraestrutura das cidades.

A constatação dessa variedade de visões acerca do desastre transparece a dimensão exclusivamente mental que compõe esses acontecimentos. Nessa dimensão é que se operam as tentativas dos indivíduos, grupos ou comunidades, de compreender esses eventos, as quais podem ter resultados substancialmente diferentes, à medida que as pessoas evocam um conjunto próprio de princípios, valores e interesses culturalmente constituídos para a interpretação dos desastres.

Referências

- A LIÇÃO das águas. O Estado, Florianópolis, 27 dez. 1995.
- AGRESSÕES ao mangue potencializam problema. O Estado, Florianópolis, 17 jun. 1996.
- ÁGUA INVADE Palácio e Assembleia Legislativa. O Estado, Florianópolis, 27 dez. 1995.
- ALESC. Biografias. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/4-Aderbal_Ramos. Acesso em: 07/08/2018.
- ANDRINO propõe união de forças. O Estado, Florianópolis, 26 dez. 1995.
- BANKOFF, Greg. *Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters*. Historical Social Research. v. 32, n. 3, 2007, p. 103-114, p. 107. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.32.2007.3.103-114>. Acesso em: 21/07/2018.
- BUDDE, Leani. *Jornal o Estado: da glória à decadência: (1915-2009)*. Florianópolis: Insular, 2017.
- CÂMARA deve incluir prevenção a enchentes no Plano Diretor. O Estado, Florianópolis, 12 jan. 1996.
- CATÁSTROFE: mortos podem chegar a 20. O Estado, Florianópolis, 26 dez. 1995.
- CHONARDIE, Elenise F.; FORTUNATO, Bruna. Ocupações Irregulares: Conflitos entre e direito a moradia e a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais. *Revista Direito em Debate*, v. 24, n. 44, p. 187-204, abr. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/4079>. Acesso em: 07/08/2018.
- CHUVA ATRASA obras de reconstrução. O Estado, Florianópolis, 6 mar. 1996.
- CRESCIMENTO desordenado ameaça rios da Ilha. O Estado, Florianópolis, 3 jun. 1996.
- EM nome da insensatez. O Estado, Florianópolis, 2, 28 dez. 1995.
- ESTIAGEM já provoca falta de água na cidade. O Estado, Florianópolis, 19 dez. 1995.
- ESTRAGOS da enchente deixam rastros de destruição por SC. O Estado, Florianópolis, 26 dez. 1995.
- ESTUDOS para solução das cheias precisam urgência. O Estado, Florianópolis, 11 mar. 1996.
- FAGUNDES, Luís Guilherme. *Desastres socioambientais na região metropolitana de Florianópolis: uma história das inundações*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- FORÇA de trabalho substitui dor pelas perdas. O Estado, Florianópolis, p. 9, 27 dez. 1995.
- FORÇA DE VIVER. O Estado, Florianópolis, p. 4, 26 dez. 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GILBERT, Claude. Studying Disaster: A Review of the Main Conceptual Tools. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*. v. 13, n. 3, 1995, p. 231-240. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43859652/download.pdf?> Acesso em: 09/08/2018.
- HERRMANN, Maria L. de P; CARDOZO, Francielle da S. As Inundações no Município de São José-SC e suas conseqüências nos bairros Flor de Nápolis, Jardim Pinheiros e Forquilhaes na bacia do Rio Forquilhaes. In: XII Simpósio Nacional de Geomorfologia. *Anais...* Crato, 2018. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/7/0136.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.
- INDÚSTRIA turística contra “estrage” da chuva. O Estado, Florianópolis, 16 jan. 1996.
- INFORMAÇÃO Geral. O Estado, Florianópolis, 27 mar. 1985.
- INFORMAÇÃO GERAL, O Estado, Florianópolis, 30 dez. 1995.
- INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Dados Históricos. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: 5 jul. 2018. (INMET, 2018)
- INUNDAÇÕES são pesadelo no Parque São Jorge. O Estado, Florianópolis, 29 jan. 1996.
- LAGO, Paulo. Enchentes e vulnerabilidades. O Estado, Florianópolis, 2 jan. 1996a.
- LAGO, Paulo. Florianópolis: ilha de riscos. O Estado, Florianópolis, 7 fev. 1996b.
- LAGO, Paulo. Uso do solo e efeitos hidrológicos. *O Estado*, Florianópolis, p. 2, 29 dez. 1995.
- LIMA, Cibele O; OLIVEIRA, Regina C. de. Análise ambiental de ocupação nas área de manguezais no municípios de Santos-SP. *Revista Geográfica de América Central*, nº especial, 2011, II semestre, p. 1-13. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2552>. Acesso em 07/08/2018.
- LOHN, Reinaldo L. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*. 2007, v. 27, n. 53, p. 297-322. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100013>. Acesso em: 01/08/2018.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *Desastres socioambientais e memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)*. Florianópolis, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- MAUCH, C; PFISTER, C. (Orgs.). *Natural Disasters, Cultural Responses: Case studies toward a global environmental history*, 2009.
- MAURO ramos virou um cenário de guerra. O Estado, Florianópolis, 26 dez. 1995.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Proteção e Defesa Civil. *COBRADE*. 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/documents/3958478/0/Anexo+V+-+Cobrade_com+simbologia.pdf/d7d8bb0b-07f3-4572-a6ca-738daa95feb0. Acesso em: 18/08/2018.
- NODARI, E. S; ESPÍNDOLA, M. A. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: CORREA, S. M. de S; NODARI, E. S. (Orgs.). *Migrações e Natureza*, Oikos, São Leopoldo, 2013, p. 165-166.
- OCUPAÇÃO irregular é agravante. O Estado, Florianópolis, 17 jun. 1996.
- OLIVER-SMITH, Anthony. “What is a disaster?”: Anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, A; HOFFMAN Susanna M. *The Angry Earth: Disaster in anthropological perspective*. New York, Routledge, 1999.
- PEREIRA, Moacir. Calamidade no Natal. O Estado, Florianópolis, 26 dez. 1995.
- PEREIRA. Moacir. E as Forças Armadas? O Estado, Florianópolis, 27 dez. 1995.
- PINTO, Victor Carvalho. Ocupação Irregular do Solo Urbano: o Papel da Legislação Federal. In: *Jus Navigandi*, Teresina, 10, n. 1149, 24 ago. 2006. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137/38.pdf?sequence=4> Acesso em: 07/08/2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. “ILHA do Silício”: Rede de Inovação Florianópolis faz da capital um polo de tecnologia. G1.Globo/SC. 2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidade-para-todos/noticia/2019/07/04/ilha-do-silicio-rede-de-inovacao-florianopolis-faz-da-capital-um-polo-de-tecnologia.ghtml>. Acesso em: 21/05/2020.
- PROCURA pela meteorologia é cada vez maior. O Estado, Florianópolis, 2-3 mar. 1996.
- PROTESTO fecha via e exige soluções. O Estado, Florianópolis, 29 fev. 1996.
- RAMOS, Paulo da Costa. Os culpados da chuva. O Estado, Florianópolis, p. 2, 26 dez. 1995.
- ROSA, Vieira da. *Chorographia de Santa Catharina*. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1905.
- SCHENK, Gerrit J. Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies. *Historical Social Research*. v. 32, n. 3, 2007, p. 9-31. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.32.2007.3.9-31>. Acesso em: 22/07/2018.
- SEMINÁRIO analisa causa de enchentes. O Estado, Florianópolis, 29 fev. 1996.
- STEINBERG, Ted. *Acts of God. The Unnatural History of Natural Disaster in America*. New York Oxford, 2000.
- TEMPO deve melhorar, com chuvas esparsas. O Estado, Florianópolis, 30-31 dez. 1995.
- TEMPO NÃO deve mudar, pelo menos até o próximo domingo. O Estado, Florianópolis, 29 dez. 1995.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Relatório dos danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995-2014*. Florianópolis: CEPED UFSC, 2016.

Submissão: 01/06/2020

Aceite: 13/07/2020